

Transferências Recebidas do Poder Executivo Municipal				
Exercício Financeiro de 2024				
Mês	Duodécimo Previsto	Duodécimo Recebido	Data do Recebimento	Natureza da Receita
Janeiro	R\$ 208.333,33	R\$ 158.333,33 R\$ 50.000,00	16.01.2024 25.01.2024	Transferência financeira recebida
Fevereiro	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	19.02.2024	Transferência financeira recebida
Março	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	19.03.2024	Transferência financeira recebida
Abril	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	17.04.2024	Transferência financeira recebida
Maiο	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	17.05.2024	Transferência financeira recebida
Junho	R\$ 208.333,37	R\$ 208.333,33	19.06.2024	Transferência financeira recebida
Julho	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	19.07.2024	Transferência financeira recebida
Agosto	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	15.08.2024	Transferência financeira recebida
Setembro	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	19.09.2024	Transferência financeira recebida
Outubro	R\$ 208.333,33	R\$ 208.333,33	18.10.2024	Transferência financeira recebida
Novembro	R\$ 208.333,33			
Dezembro	R\$ 208.333,33			
TOTAIS	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.083.333,33		

FORTE DAS INFORMAÇÕES:

- **Duodécimo previsto:** [Lei Municipal n.º 1.501/2023 \(LOA 2024\)](#).
- **Duodécimo recebido:** informações disponibilizadas pelo Departamento Contábil e Financeiro da Câmara Municipal de Itarana/ES.
- Para conferência das informações, clique [aqui](#).

NOTAS EXPLICATIVAS:

- A Lei Municipal n.º 1.501/2023 (LOA 2024) estima a receita e fixa a despesa do Município de Itarana para o exercício financeiro de 2024. O orçamento da Câmara Municipal de Itarana para o referido exercício foi de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).
- De acordo com a Constituição Federal, a Câmara Municipal de Itarana receberá os recursos financeiros correspondentes a sua parcela de dotação constante no orçamento do Município, por meio de transferências financeiras realizadas pelo Poder Executivo, na forma de duodécimos.
- O duodécimo corresponde a repasses mensais realizados pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo para realização das despesas aprovadas em seu respectivo orçamento.